

Receita de acarajé

Não deve ser diferente do nosso o palpite das vendedoras de acarajé em Salvador sobre quem foi o autor dos grampos da Bahia. Ao entregar ao presidente do Conselho de Ética do Senado, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), o inquérito sobre o escandaloso esquema de escuta telefônica montada na "terra da felicidade", como dizia Ary Barroso, o delegado Gesival Gomes de Souza usou a imagem das baianas do acarajé para deixar claro que a sua conclusão não deverá ser diversa daquilo que as pessoas esperam. É claro que o delegado referia-se ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Não é outro o nome que anda na boca de todo mundo. E, se a conclusão fosse outra, ele não diria isso justamente no Conselho de Ética do Senado.

Nesse caso, tudo indica que o destino reserva a Antonio Carlos Magalhães um curtíssimo mandato de senador. O caso vai parar no Conselho de Ética tão logo termine o trabalho da Polícia Federal. A bancada do PT já apresentou, ainda que informalmente, a primeira denúncia contra ACM por quebra de decoro. Reforçado, talvez, pela possível volta da discussão sobre a violação do painel eletrônico do Senado em 2000. O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) pediu a reabertura do caso.

É interessante observar que as duas iniciativas concretas contra ACM no Conselho de Ética estão partindo do PT. Não é gratuito. Mas levou um certo caminho para serem maturadas. De fato, houve um momento inicial de hesitação quanto ao que fazer com ACM. O senador, por suas brigas particulares, acabou emprestando seu inegável prestígio e poder na Bahia para ajudar a eleger Luiz Inácio Lula da Silva presidente da República. E, já no Senado, trabalhou nas articulações que elegerem José Sarney (PMDB-AP) presidente do Senado e João Paulo Cunha (PT-SP) presidente da Câmara. Isso gerou compromissos.

Além disso, ACM era o cacique pefelista que se contrapunha ao presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC). Bornhausen quer levar o partido para a oposição. ACM segurava essa tendência. Havia um temor no governo de que a derrocada do senador baiano levasse o pêndulo pefelista a pender de vez para a oposição, com todos os prejuízos de quem não tem uma base parlamentar tão sólida e vasta como era a do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

As análises das últimas semanas eliminaram esses temores das cabeças do governo. Primeiro, avalia-se que Bornhausen, ao contrário de ACM, não tinha outra saída senão buscar a oposição. Com a derrocada da candidatura presidencial Roseana Sarney, ainda em 2002, o senador catarinense ficou sem espaço. Em seu estado, Bornhausen perdeu as eleições. Como não tem as características populistas de ACM, seu voto é mais ideológico. Ele representa, de fato, uma opção racional do eleitorado conservador. Assim, em um país que migrou para a centro-esquerda, o nicho que lhe sobra é o da oposição mesmo.

Esse caminho, no entanto, não necessariamente tem de ser seguido pelo PFL. Boa parte do partido é representante das classes empresariais. Que necessitam das reformas que o governo prega porque estão sufocadas pelo fraco crescimento econômico. Essa turma não vai poder votar diferente. E há um outro grupo, de menor profundidade política, que é adesista. Segue a onda da maioria.

Feita a análise de que ACM poderia não ser assim tão necessário, e que o volume de indícios contra ele são imensos, protegê-lo significaria um desgaste absolutamente desnecessário. Os ganhos infinitamente menores que os prejuízos de não ajudar a punir alguém que parece ter bisbilhotado inclusive importantes companheiros, como o líder do partido na Câmara, Nelson Pelegrino. Aí, o PT não terá de ir contra o que pensam as baianas do Pelourinho. Afinal, lembra Caymmi, "todo mundo gosta de acarajé..."